



E AGORA, JOSÉ?

Plano de Fechamento de Mina apresentado pela Vale cumpre exigência ambiental, mas deixa Itabira sem perspectiva clara de reconversão econômica após exaustão da mineração



Foto: Divulgação



Terras raras e os interesses do Brasil

Welber Barral é conselheiro da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), presidente do Instituto Brasileiro de Comércio Internacional, Investimento e Sustentabilidade (IBCIS) e ex-secretário de Comércio Exterior do Brasil. Este artigo foi publicado originalmente por Estadão Agro.

“Terras raras” tornou-se expressão incontornável na geopolítica contemporânea. Esses 17 elementos químicos, essenciais para tecnologias que vão de smartphones a turbinas eólicas, passaram de commodities técnicas a ativos estratégicos, comparáveis ao petróleo no século XX.

Sua importância deriva menos da escassez e mais da complexidade de extração, purificação e aplicação industrial. Em especial, os óxidos de neodímio, praseodímio, disprósio e térbio são insumos vitais para a fabricação de ímãs permanentes de alto desempenho — componentes centrais da mobilidade elétrica, da geração eólica e da indústria de defesa. Neste cenário, o Brasil, detentor de reservas relevantes mas pouco exploradas, precisa desenvolver uma política estratégica para não repetir o papel histórico de mero exportador de matérias-primas.

A situação global: concentração e controle

Como protagonista, a China domina atualmente a cadeia global das terras raras. Responde por cerca de 60% da mineração e 90% do refino mundial. Esse domínio deriva de uma política industrial de longo prazo: cotas de produção, subsídios, restrições ao capital estrangeiro e consolidação de empresas estatais permitiram a Pequim controlar a oferta.

Fora da China, destacam-se poucos players: a Lynas, com mineração na Austrália e refino na Malásia; e a MP Materials, nos Estados Unidos, cuja reativação contou com

apoio direto do Departamento de Defesa. Na Europa, a busca por autossuficiência levou à criação do Regulamento de Matérias-Primas Críticas, que visa a suprir 20% da demanda por terras raras até 2030.

Outros países asiáticos, como Japão e Coreia do Sul, reduziram a dependência de insumos chineses por meio de estoques estratégicos, contratos de longo prazo e apoio estatal à inovação. Ainda assim, as cadeias de suprimento seguem vulneráveis: embargos chineses, como o ocorrido em 2010, ou controles regulatórios, como os impostos em 2023, continuam a representar riscos sistêmicos.

A relevância geopolítica das terras raras decorre de três fatores: são insumos tecnologicamente indispensáveis, concentram-se em poucos países e não possuem substitutos eficazes. Neodímio e disprósio, por exemplo, são considerados críticos pelo Pentágono, dada sua aplicação em sistemas de propulsão, mísseis e sensores de precisão. Por sua vez, veículos elétricos consomem até cinco vezes mais minerais críticos que modelos convencionais. Energia eólica, robótica e modernos equipamentos médicos dependem igualmente desses materiais.

“O Brasil, detentor de reservas relevantes mas pouco exploradas, precisa desenvolver uma política estratégica”

“A relevância geopolítica das terras raras decorre de três fatores: são insumos tecnologicamente indispensáveis, concentram-se em poucos países e não possuem substitutos eficazes”

Oportunidades e riscos para o Brasil

O Brasil possui reservas relevantes de monazita e outros minerais portadores de terras raras, concentradas em Minas Gerais, Goiás e Bahia. No entanto, a extração permanece incipiente, em parte devido à concentração histórica em ferro, alumínio e nióbio. Projetos-piloto existem, mas carecem de escala industrial, infraestrutura e segurança regulatória. Entre os riscos, está a perpetuação do modelo primário-exportador. Há também o risco da captura regulatória: o licenciamento ambiental excessivamente moroso e a ausência de diretrizes técnicas claras podem inviabilizar projetos. Além disso, as tecnologias de separação química, dominadas por poucos países, são protegidas por propriedade intelectual.

Assim, não é exagero enfatizar que o Brasil carece de uma política coordenada que integre mineração, transformação industrial e política externa.

EDITORIAL

Itabira não participará do último banquete da Vale

A Vale não tem apenas um compromisso social com Itabira. Vai muito além. A mineradora conserva extenso passivo histórico, social, moral e ético com a terra do Poeta Maior. A menção a Carlos Drummond de Andrade é proposital. E com razão. O mais ilustre dos itabiranos sempre questionou a exploração predatória da principal riqueza mineral deste subsolo. O outrora mais puro minério de ferro do planeta foi um dos principais sustentáculos da economia nacional. E note-se. Drummond não era contra a mineração. Pelo contrário. O “Eu- Lírico” apenas cobrava a justa contrapartida pela depredação ambiental, social e psicológica do extrativismo.

Agora, a construtora de cavas prepara-se para encerrar as suas atividades no município. É tempo de pré-exaustão das minas. O insensível calendário escancara a dura realidade. O instante, portanto, é de apreensão e incertezas quanto ao futuro. Todo bom sonho tem um encontro marcado com a dura realidade do despertar. Aqui, portanto, começa o ponto final do eldorado.

“O instante, portanto, é de apreensão e incertezas quanto ao futuro. Todo bom sonho tem um encontro marcado com a dura realidade do despertar”

O que será de Itabira sem a Vale? A resposta é perturbadora incógnita. Com um agravante. Veio a público, recentemente, o plano da empresa para fechamento das minas. A publicação só faz elevar a dimensão da incredulidade. No documento, a antiga “joia da coroa” especifica o processo de desmobilização das estruturas operacionais das áreas industriais. Uma ação exclusivamente interna. A estratégia não prevê medidas compensatórias pelas desconcertantes degradações. Os danos causados à saúde da população são solenemente ignorados.

Afinal, o povo convive com intensa poluição atmosférica e sonora, além de graves problemas hídricos (abastecimento e qualidade do precioso líquido). Mas, como se vê, e apesar de tudo, Itabira não participará do banquete de despedida da Vale.

EXPEDIENTE

DeFato

Diretor Administrativo
Thiago Jacques
thiago@defatoonline.com.br

Gerente Comercial
Rachel Furtado
rachel@defatoonline.com.br

Redação
Giovanna Victória
Guilherme Guerra
Jardel Mendes
Sara Zeferino
Ramon Agostinho

Editorial
Fernando Silva

Editores de Jornalismo
Fernando Silva
Gustavo Linhares

Fotos Capa
Principal: Jackson Faustino/Start Comunicação
Entrevista: Divulgação/IBRAM

Gerente de Produção
Marina Colombo
opec@defatoonline.com.br

Diagramação
Sônia Oliveira - Ponte Propaganda
gerencia@pontepropaganda.com.br

Impressão:
Gráfica Pinus

Para presidente do IBRAM, terras raras podem ser saída diplomática ao tarifaço de Trump

Em meio à crise comercial entre Brasil e EUA, o setor mineral pode ganhar protagonismo diante da sua importância estratégica

Foto: Divulgação/IBRAM

O diretor-presidente do Instituto Brasileiro de Mineração (IBRAM), Raul Jungmann, em entrevista à CNN, falou sobre a exploração de terras raras e como elas podem virar um ativo diplomático nas negociações entre o Brasil e os Estados Unidos. Devido à sua relevância no mercado internacional, os minerais brasileiros podem ser uma carta na manga para o governo federal na hora de negociar com a administração de Donald Trump, que impôs tarifas de 50% a uma série de produtos exportados pelo nosso País.

Você avalia que essa área de mineração dos minerais críticos das terras raras pode ser uma saída para que Brasil e EUA entrem em um acordo?

Poder pode, mas isso depende de o governo ter a questão mineral com uma carta na manga para negociar. Mas nós não temos informações conclusivas a esse respeito. O que nós temos até aqui é o interesse dos Estados Unidos, que foi através do seu responsável pela área comercial, o Gabriel Escobar, que exemplificou com muita clareza o interesse dos Estados Unidos em se aproximar do Brasil.

Agora, eu chamo atenção sempre para o seguinte fato: pela Constituição Brasileira, subsolo, minerais, sejam críticos ou não, eles são, digamos, bens da União, então eles são também, por extensão, bens do povo brasileiro, assim definiram os constituintes de 1988. Então cabe ao governo dizer o que ele vai fazer ou não. Portanto, aos que me perguntam, bom, mas é

“É possível os americanos explorarem minerais brasileiros? Não existe nem na Constituição, nem na nossa legislação essa possibilidade”

possível os americanos explorarem minerais brasileiros? Isso não existe nem na Constituição, nem na nossa legislação infraconstitucional essa possibilidade.

O que existe hoje e vale para qualquer país do mundo, evidentemente que obedecendo as regras, os códigos brasileiros, é explorar minerais, sejam eles estratégicos ou não, constituir joint ventures, ter acordos de tecnologia, transferência de tecnologia, pesquisa, seja o que for, não há qualquer problema.

Aqui nós temos representantes de países de todo o mundo, obviamente que obedecendo ou levando em conta e respondendo pelos nossos códigos e pelas nossas regras. É isso que nós temos hoje. E, evidentemente, qualquer outro posicionamento vai depender daquilo que for a estratégia a ser seguida pelo governo brasileiro.

Qual é o ganho que o Brasil tem de fazer parcerias para receber o investimento necessário e acelerar e intensificar essa participação no mercado. Porque isso, por exemplo poderia assegurar uma parceria mais interessante, um ganha-ganha na parceria em cima de minerais raros?

A única empresa que explora terra raras no Brasil fica em Goiás, em Serra Verde. Ela é dos americanos e sabe para quem ela exporta esses minérios? Para a China. Os americanos que estão aqui no Brasil, em Serra Verde, eles exportam praticamente toda a sua produção para a China. Isso é algo do mercado, quer dizer, o mercado assim determina, porque efetivamente a China é um grande importador, além de ser um grande produtor de terra raras. A China é também um país que detém algo em torno de 80%, 90% das terras raras refinadas.

Porque terras raras de estado bruto você não tem praticamente o que fazer com ela. Você tem que



Raul Jungmann falou sobre a exploração dos minerais terras raras no Brasil, cujas jazidas são cobiçadas pelos EUA

separar ela do chamado estéreo, que a gente chama vulgarmente de terra, mas é um processo complexo, é um processo difícil de separação, que é feito de flotação. Tem um teor tecnológico já bastante sofisticado, mas sobretudo o refino, que desde os anos 60, 70, que a China vem trabalhando nesse sentido.

E isso é fundamental para a tecnologia, para a aviação, para ligas especiais, para a defesa. Agora, efetivamente, para você sair do zero e começar um projeto desse, eu falo de exportação, não estou falando de refino, é pelo menos cinco anos que você vai levar para poder fazer isso. Quer dizer, a mineração de escala, mineração industrial, ela é algo para cinco, seis, sete, oito, dez, até mais anos, por assim dizer, porque é complexo, porque ela geralmente envolve uma logística extremamente complexa e, no caso das terras raras, o refino é muito caro, muito complexo, exige muita tecnologia e nós iríamos ter que desenvolver isso.

“Se existe urgência com relação a exploração das terras raras, nós teríamos que trabalhar um acordo em torno de transferência de tecnologia”

Nesse caso, um possível acordo, se vier a acontecer, ele tem que trabalhar com transferência de tecnologia. Se nós quisermos acelerar e não quisermos fazer tecnologia verde e amarela, que é o melhor sempre, mas que, infelizmente, se existe urgência com relação a isso, nós teríamos que trabalhar um acordo em torno de transferência de tecnologia, sem falar de todos os aspectos referentes à exportação, referente à logística. Muitas vezes, no caso do projeto de escala industrial, ele requer porto, por exemplo, se ele não existe, vai depender da região, ele requer mineroduto ou uma linha de ferro, só para ficar por aqui na complexidade que se envolve essa questão das terras raras.

Barragem em Brumadinho tem risco elevado e mineradora assina acordo emergencial com o Ministério Público

Classificação de risco da barragem B1-A sobe para nível 2 e Emicon firma compromisso para reduzir danos e evacuar moradores da região

Após a elevação da classificação de risco da barragem B1-A, em Brumadinho, Minas Gerais, para nível 2, a empresa Emicon Mineração e Terra-plenagem assinou um Termo de Compromisso com o Ministério Público de Minas Gerais (MPMG) para adotar medidas emergenciais de segurança. A estrutura, localizada na Mina do Quéias, passou a ser considerada de estabilidade marginal, conforme avaliação da Agência Nacional de Mineração (ANM).

O acordo foi formalizado no dia 25 de julho e homologado pela 2ª Vara Cível, Criminal e de Execuções Penais da Comarca de Brumadinho. A empresa se comprometeu a garantir a operação mínima e segura das estruturas minerárias, manter vigilância patrimonial em tempo integral — inclusive fins de semana e feriados — e executar ações emergenciais para mitigar riscos em quatro estruturas: barragem B1-A, Quéias, Dique B3 e Dique B4.

A ANM justificou a elevação de nível com base em auditorias que indicaram ausência de dados conclusivos sobre a real estabilidade da estrutura. Segundo a agência, investigações geotécnicas foram realizadas, mas não integradas ao relatório técnico por pendências contratuais. Mesmo sem sinais de ruptura iminente, o nível 2 foi adotado como medida preventiva.

Além disso, a mineradora terá 15 dias para iniciar a realocação dos atingidos. O descumprimento das obrigações pode acarretar multa diária de R\$ 5 mil, a ser aplicada pessoalmente aos sócios e administradores da Emicon.

“O acordo foi formalizado no dia 25 de julho e homologado pela 2ª Vara Cível, Criminal e de Execuções Penais da Comarca de Brumadinho”



Foto: Divulgação/ANM

A barragem, localizada na Mina do Quéias, passou a ser considerada de estabilidade marginal, conforme avaliação da Agência Nacional de Mineração

Famílias terão que deixar suas casas após elevação do risco

Com a nova classificação da barragem B1-A, famílias que vivem no entorno da estrutura começaram a ser notificadas sobre a necessidade de evacuação imediata. A Prefeitura de Brumadinho já iniciou a comunicação com os moradores da área considerada vulnerável. A medida atende à recomendação da ANM, que apontou a estiagem como momento mais seguro para conduzir a evacuação de forma organizada, ainda que não haja anomalias aparentes.

A decisão, no entanto, gerou reações. Em nota oficial, a Associação dos Familiares de Vítimas

“A medida atende à recomendação da ANM, que apontou a estiagem como momento mais seguro para conduzir a evacuação”

e Atingidos pelo Rompimento da Barragem de Brumadinho (Avabrum) criticou o que chamou de “negligência institucional” e denunciou retrocessos na legislação que, segundo a entidade, “seguem colocando vidas em risco”. A associação destaca que mais de 30 barragens em Minas Gerais permanecem em situação crítica, e cobra mais rigor nas fiscalizações.

Vale apresenta plano de fechamento das minas de Itabira, mas futuro das áreas mineradas segue indefinido

Documento foi entregue ao Codema em cumprimento a exigência ambiental, mas não aponta usos para as áreas pós-mineração

A Vale apresentou ao Conselho Municipal de Meio Ambiente (Codema) de Itabira o novo Plano de Fechamento de Mina (PFM) do Complexo Itabira, que reúne as minas Cauê, Conceição e do Meio — que podem ter as operações encerradas em 2041. O documento segue a Resolução ANM nº 68/2021 e contempla ações técnicas para o encerramento das

“O plano atende integralmente às exigências legais, mas admitiram que o documento foca exclusivamente em aspectos operacionais e ambientais”

atividades, como estabilização física, química e biológica das estruturas remanescentes. Apesar disso, o estudo não prevê alternativas concretas de aproveitamento futuro das áreas mineradas, frustrando expectativas sobre propostas de reconversão econômica ou ambiental para a cidade.

Durante a apresentação ao Codema, representantes da empresa destacaram que o planejamento atende integralmente às exigências legais,



A mina Cauê, com mais de 80 anos de exploração, é uma das unidades que deve ter a operação encerrada pela Vale em 2041

mas admitiram que o documento foca exclusivamente em aspectos operacionais e ambientais do fechamento. Isso contrasta com o que a própria empresa chegou a

projetar no passado, quando, em 2013, apresentou à Bolsa de Nova Iorque um plano conceitual com propostas de uso econômico sustentável para as áreas exauridas.

Fechamento com foco técnico, mas sem visão social

Entre os principais pilares do plano estão a desmobilização de estruturas, a recuperação progressiva das áreas impactadas e a manutenção de ações de monitoramento durante e após o fechamento. O documento propõe um fechamento gradual, que deve acompanhar a exaustão das minas ao longo dos próximos anos. Entretanto, as possibilidades de aproveitamento futuro — como a instalação de polos produtivos ou parques tecnológicos — não foram incluídas.

“Sindicato representa trabalhadores da Anglo American e vê parceria como referência para o Brasil”



Dentre as principais estruturas da Vale em Itabira destaca-se a mina de Conceição

Esse vazio estratégico gera críticas, especialmente diante da forte dependência econômica de Itabira em relação à mineração. Com a ausência de diretrizes sobre o uso futuro das áreas, persiste a incerteza sobre como a cidade irá sustentar sua

economia e sua população após o fim das operações minerárias. Ainda que o PFM da Vale esteja em conformidade técnica, a falta de uma visão integrada de desenvolvimento sustentável preocupa ambientalistas e setores da sociedade civil.

Expectativas frustradas sobre reconversão

“Essa distribuição de superávit é mais do que um valor recebido — ela simboliza o reconhecimento de anos de contribuição, o poder da união das categorias e a importância de uma previdência complementar sólida. Essa é apenas a primeira de muitas vitórias que ainda virão”, afirmou André Viana Madeira, presidente do Sindicato Metabase.

A distribuição reforça a previdência privada como instrumento de justiça social, proteção financeira e valorização do trabalho de décadas. A conquista fortalece o sistema como modelo viável e necessário em tempos de incerteza quanto à previdência pública.

Tarifa de Trump atinge 25% das exportações minerais do Brasil e acende sinal de alerta no setor

Mesmo com exceções, nova sobretaxa dos EUA pode causar perdas bilionárias à mineração brasileira

O setor de mineração brasileiro já sente os primeiros reflexos da ordem executiva assinada por Donald Trump que impõe tarifa de 50% sobre uma ampla gama de produtos brasileiros. A medida entra em vigor no próximo dia 6 de agosto. Embora uma parte significativa das exportações minerais tenha ficado de fora da lista de produtos atingidos, a preocupação entre empresas e entidades do setor persiste.

Segundo análise inicial do Instituto Brasileiro de Mineração (IBRAM), aproximadamente 75% dos US\$ 1,53 bilhão exportados pelo Brasil aos Estados Unidos em minérios estão nas exceções previstas pelo decreto. Isso significa que 25% das exportações minerais serão afetadas diretamente pela nova taxa, o que representa perdas potenciais relevantes, sobretudo em setores com menor margem de competitividade internacional.

“A lista de minerais que ficaram isentos inclui caulim, cobre, manganês, vanádio, bauxita e determinados tipos de pedras e rochas ornamentais”

“Tarifaço”: 75% das exportações minerais ficaram isentas das novas taxas; saiba mais

Apesar de impactar um quarto das exportações do setor mineral, a ordem executiva do presidente dos EUA, Donald Trump, que oficializa a tarifa de 50% sobre produtos brasileiros isentou cerca de 75% dos produtos minerais exportados pelo Brasil aos norte-americanos da sobretaxa.

Os EUA já haviam dado sinais de que certos minerais poderiam receber um tratamento

especial no contexto das tarifas. Entre os produtos que ficaram fora da sobretaxa estão: ferro, estanho, ouro, prata e carvão.

Outras tecnologias derivadas de minerais críticos, como baterias de níquel-cádmio e baterias de íons de lítio (lithium-ion), também não serão impactadas pelo “tarifaço”. Para esses produtos, fica valendo a tarifa de 10%, anunciada em abril.

A lista de minerais que ficaram



Foto: José Cruz/Agência Brasil

IBRAM estima que 25% das exportações minerais brasileiras serão afetadas diretamente pela nova taxa imposta pelos EUA

isentos inclui caulim, cobre, manganês, vanádio, bauxita e determinados tipos de pedras e rochas ornamentais. O restante ainda está sob análise técnica por parte do IBRAM, que busca mapear com exatidão os segmentos mais prejudicados. O impacto esperado inclui aumento no custo operacional, reavaliação de contratos comerciais com empresas norte-americanas e o risco de desestímulo a novos investimentos em exportação.

O setor também acompanha com cautela o agravamento do cenário diplomático entre os dois países. O documento norte-americano justifica o “tarifaço” com base

em supostas ameaças à segurança nacional dos EUA, relacionando a medida a questões internas do Brasil, como decisões do STF, ações contra apoiadores do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) e a condução de processos judiciais envolvendo figuras públicas. A narrativa, vista como uma escalada política, amplia a instabilidade no comércio bilateral e dificulta uma reação diplomática imediata por parte do governo brasileiro.

“O IBRAM também reiterou que continuará mobilizado para defender os interesses do setor mineral brasileiro”

Ibram monitora efeitos e tenta excluir restante dos minérios

Em nota oficial, o Instituto Brasileiro de Mineração destacou que a análise do decreto ainda está em curso e que os 25% das exportações minerais afetadas representam uma preocupação concreta. A entidade reforçou que seu compromisso é atuar de forma propositiva junto às autoridades dos Estados Unidos para tentar ampliar a lista de exceções e minimizar os impactos à indústria nacional.

O IBRAM também reiterou que continuará mobilizado para defender os interesses do

setor mineral brasileiro, promover a estabilidade comercial e proteger os empregos e investimentos associados às exportações. A entidade representa cerca de 85% da produção mineral do País.

“O IBRAM também reiterou que continuará mobilizado para defender os interesses do setor mineral brasileiro”

Minério de ferro e aço escapam do tarifaço e aliviam impacto sobre Minas Gerais

Produtos mineiros ficaram fora da tarifa de 50% imposta por Trump e seguem livres para exportação aos EUA

Minério de ferro e aço, dois dos principais produtos exportados por Minas Gerais, ficaram de fora da nova tarifa de 50% imposta pelos Estados Unidos. A medida, assinada por Donald Trump e com início marcado para 6 de agosto, atinge uma ampla gama de itens brasileiros, mas preserva produtos essenciais no comércio bilateral.

“Minas Gerais se destaca na produção desses insumos, fundamentais para a indústria global”

O Brasil é o segundo maior fornecedor de ferro e aço dos EUA, com US\$ 4,6 bilhões exportados em 2024 — o equivalente a 14,9% do total importado pelos norte-americanos. Minas Gerais se destaca na produção desses insumos, fundamentais para a indústria global. Com a exclusão, o setor mineiro respira aliviado e mantém sua competitividade no mercado externo, sobretudo no americano, que lidera como principal destino das exportações brasileiras do grupo — mas segue preocupado com possíveis medidas a serem tomadas tanto pelos EUA quanto pelo Brasil.



Fotos: Freepik

O Brasil é o segundo maior fornecedor de ferro e aço dos EUA, com US\$ 4,6 bilhões exportados em 2024

Mineração brasileira teme crise na cadeia produtiva com disputa comercial Brasil-EUA

IBRAM alerta que reciprocidade pode afetar importações essenciais à cadeia produtiva da mineração nacional

O setor mineral brasileiro acompanha com cautela o “tarifaço” anunciado pelos EUA, mas demonstra maior preocupação com uma possível resposta do governo brasileiro. Segundo o vice-presidente do Instituto Brasileiro de Mineração (IBRAM), Fernando Azevedo e Silva, a mineração exporta apenas 3% de seus produtos aos Estados Unidos, porém importa cerca de 20% da cadeia produtiva do País — incluindo equipamentos, peças e serviços.

Para o IBRAM, uma medida de reciprocidade pode gerar efeitos negativos imediatos, travando operações essenciais. Durante encontro com Gabriel Escobar, da embaixada dos EUA, o instituto discutiu minerais estratégicos e defendeu a manutenção do fluxo comercial. As tarifas americanas entram em vigor no dia 6 de agosto.

“Para o IBRAM, uma medida de reciprocidade pode gerar efeitos negativos imediatos, travando operações essenciais”



Foto: Leo Lopes

A mineração exporta apenas 3% de seus produtos aos EUA, porém importa cerca de 20% da cadeia produtiva do País — incluindo equipamentos, peças e serviços



BOMBOU NA WEB

www.defatoonline.com.br

Foto: Mara Rosa/Acervo Pessoal



Itabirano conquista medalha de ouro na Olimpíada Brasileira de Matemática com apenas 13 anos

O estudante Pedro Tulher, de 13 anos, conquistou uma medalha de ouro na Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas (OBMEP). Ele também conquistou a medalha de ouro regional, sendo o único aluno itabirano a alcançar o feito no ano passado. Com um desempenho de destaque, Pedro já havia se classificado na edição anterior da olimpíada, quando ainda estava no 6º ano, recebendo medalha de prata na etapa nacional.

Aposta de Itabira acerta 5 números e leva R\$ 53 mil na Mega-Sena

No dia 28 de junho, a Caixa Econômica Federal realizou o sorteio 2881 da Mega-Sena, que, na ocasião, está acumulado em R\$ 45 milhões. Embora nenhuma pessoa venceu a faixa principal, várias apostas acertaram cinco dezenas, a chamada quina, incluindo uma de Itabira, que abocanhou R\$53.142,41. Outras três apostas também de Itabira acertaram quatro números – a quadra – do sorteio e, portanto, arrecadaram R\$982,38.

Foto: Marcello Casal jr/Agência Brasil



Foto: Reprodução/Prefeitura de Itabira



Primeira etapa de pavimentação da estrada de Carmo à Ipoema entra em fase final e obras podem ser finalizadas em setembro

A primeira etapa das obras de pavimentação da estrada que liga os distritos de Senhora do Carmo à Ipoema, em Itabira, está avançando e entrou na fase final. A expectativa, de acordo com a secretária municipal de Obras, Marinésia Dias da Costa Makatsuru, é de que o trecho asfaltado de 9,9 quilômetros seja entregue até setembro. Ainda restam 4 km para serem finalizados. A prefeitura trabalha para licenciar a etapa final do empreendimento.

Senac abre 71 vagas em cursos técnicos gratuitos EAD para Itabira

O Senac em Minas está com inscrições abertas para mais de 6 mil vagas em cursos técnicos gratuitos na modalidade a distância (EAD). Itabira aparece entre os polos com maior número de oportunidades, com 71 vagas distribuídas entre os cursos de Administração (14), Recursos Humanos (37) e Segurança do Trabalho (20). As inscrições podem ser feitas até o dia 1º de agosto, às 17h, pelo site do Senac. As aulas começam em 15 de setembro.

Foto: Reprodução/Freeepik



22 mil hectares de área verde protegida, equipes de brigadistas e investimentos em prevenção e combate a incêndios.

Proteger a fauna e a flora, bem como garantir a segurança das pessoas e das comunidades sempre será uma das prioridades da Anglo American. Por isso, nós trabalhamos constantemente para prevenir e combater os focos de incêndio nas regiões vizinhas às nossas operações.

Promover a importância de preservar a natureza é o nosso compromisso com a vida e com o futuro do planeta.

Evite queimadas:

- Jogue lixo e deposite entulhos apenas em locais apropriados.
- Descarte bitucas de cigarro de forma adequada; nunca pela janela do veículo.
- Faça fogueiras somente em locais permitidos e seguros.
- Limpe e renove pastagens ou áreas de plantação sem o uso de fogo.
- Faça aceiros nas propriedades rurais para prevenção.

Em caso de incêndio, ligue 193.